

O que os acervos da FURG conservam sobre a gênese da formação docente no ensino superior do Rio Grande?

Josiane Alves da Silveira¹

Resumo: O artigo relata, principalmente, os bastidores da pesquisa realizada nos acervos documentais da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Busca averiguar, com base nos acervos do Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos (NUME) e do Arquivo Geral da FURG, quais vestígios foram conservados sobre a história da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande (1960-1969). Essa instituição marcou a gênese da formação docente no ensino superior do Rio Grande/RS, porém sua história parece se apagar da memória rio-grandina, juntamente com os documentos. Como embasamento teórico-metodológico, apresenta a corrente historiográfica da História Cultural que prioriza a multiplicidade de documentos históricos. Por tudo, enfatiza a necessidade de se ampliar o campo epistemológico do objeto de pesquisa, buscando respaldo nas mais variadas fontes que se tiver acesso, na tentativa de ampliar as possibilidades de interpretação.

Palavras-chave: Fontes históricas. História Cultural. História da Educação.

Abstract: The article reports mainly the making of documentary research in the collections of the Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Search ascertain, based on the collections of the Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos (NUME) and the General Archive of FURG, which traces have been preserved on the history of the Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande (1960-1969). This institution marked the genesis of teacher training in higher education in the Rio Grande/RS, but his story seems to erase the memory rio-grandina, together with the documents. As a theoretical-methodological, presents the current historiography of Cultural History, which prioritizes the multiplicity of historical documents. In all, emphasizes the need to broaden the scope of the epistemological object of research, seeking support in a variety of sources that have access, in order to expand the possibilities of interpretation.

Keywords: Historical sources. Cultural History. History of Education.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e Professora de História na rede estadual do RS. josidasilveira@gmail.com

O presente trabalho apresenta os bastidores de uma pesquisa de mestrado² realizada nos acervos documentais da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Buscou-se nos acervos do Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos (NUME) e no Arquivo Geral da FURG, ambos localizados no *Campus Cidade* da Universidade, informações sobre a história da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, criada em 1960 pela Mitra Diocesana de Pelotas e integrada à Universidade do Rio Grande em 1969, hoje chamada de FURG, ocasião em que passou a ser denominada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Esta instituição, há mais de 50 anos, marcou a gênese da formação docente no ensino superior da cidade do Rio Grande/RS, portanto, para que essa história não se apague na memória rio-grandina, averiguam-se os vestígios conservados nos acervos da FURG.

Salienta-se que alguns dos documentos da instituição em pesquisa estão dispersos, ou perdidos, e não recebem a atenção merecida. Para exemplificar, acrescenta-se que alguns documentos, como atas e fotos, foram encontrados ao acaso no Arquivo Geral da FURG, onde estavam sendo “conservados” depois de retirados de um container, prestes ao descarte. Isso, sem

dúvida, também serviu como incentivo para que o trabalho fosse realizado no intuito de ampliar as informações sobre os acervos que “conservam” a história do ensino superior do Rio Grande.

Sabe-se que antes de se iniciar uma pesquisa torna-se necessário esboçar alguns caminhos que poderão sustentar o trabalho posterior. Conforme Barros³, “iniciar uma pesquisa, em qualquer campo do conhecimento humano, é partir para uma viagem instigante e desafiadora”. Por isso, a pesquisa necessita de um planejamento, mesmo que provisório, para orientar o pesquisador no caminho a ser percorrido. Seguindo tais sugestões, busca-se organizar uma síntese de algumas leituras que serviram como embasamento teórico-metodológico para dar consistência a pesquisa em História da Educação e, por fim, apresenta-se o encontro com as fontes documentais, tais como ata, atestado, certificado, contrato, declaração, decreto, estatuto, parecer e relatório, entre outros.

Ainda, averiguaram-se algumas maneiras de se explorar os documentos, bem como maneiras de se (re)construir narrativas. Assim como Jenkins⁴, acredita-se que os principais instrumentos de trabalho dos historiadores são “as fontes, ou antes, os discursos”, por isso este trabalho textual prioriza tais enfo-

² Cf. SILVEIRA, Josiane Alves da. *Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande: os primeiros anos da formação docente no ensino superior da cidade (1960-1969)*. 2012. 182f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

³ BARROS, José D'Assunção. *O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 9.

⁴ JENKINS, Keith. *A História repensada*. Trad. Mario Vilela. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 10.

ques. Até porque ambos, fontes e narrativas, se bem trabalhados ampliam o olhar sobre o objeto de pesquisa.

Salienta-se também que este trabalho apresenta uma abordagem da História sobre o campo da educação. Para tanto, em conformidade com os princípios, primeiramente, propagados pelos *Annales* e, com algumas variações, seguidos pela História Cultural, apostou-se na diversificação dos documentos como estratégia na pesquisa para clarear histórias ainda obscuras.

Entre os caminhos abertos pela História Cultural: a valorização de novas fontes históricas

No século XX, após críticas e debates à concepção tradicional, nasceu a denominada “Nova História”, transformando a forma de se fazer pesquisa. A partir de então, ampliaram-se os temas e as fontes de estudo, sendo considerado documento histórico todo registro da ação humana, inclusive os acontecimentos do cotidiano nos diversos tempos e espaços. Como destaca Le Goff⁵, “uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme, ou, para um passado mais distante, um pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto são, para a história nova, documentos de primeira ordem”. Portanto, a “Nova História” ajudou a ampliar o campo dos documentos históricos, priorizando a multiplicidade de documentos, escritos

de todos os tipos e relatos orais. Nesse sentido, acrescenta Robinson⁶:

Em seu significado mais amplo, a história inclui todos os traços e vestígios de tudo o que o homem fez ou pensou desde seu aparecimento na face da Terra. Ela pode aspirar ao destino das nações ou descrever os hábitos e emoções do mais obscuro indivíduo. Suas fontes de informação vão desde as rústicas machadinhas de Chelles até o jornal da manhã. Ela é a ciência vaga e abrangente dos assuntos humanos do passado.

A partir de 1929, quando surgiu à Escola dos *Annales*, ocorreu a ampliação no campo da pesquisa histórica. Na primeira geração dos *Annales*, liderada por Lucien Febvre e Marc Bloch, a concepção tradicional, até então dominante, tornou-se insatisfatória, perdendo o seu poder explicativo. De 1946 até 1968, na segunda fase, tendo Fernand Braudel como expoente, foram marcantes os conceitos de estrutura e conjuntura, os novos métodos e propostas para a constituição de uma História serial e de longa duração. Iniciada em 1968, com a liderança de Jacques Le Goff e Georges Duby, a “Nova História”, conhecida como a terceira geração dos *Annales*, ampliou o seu campo de estudos, para além dos caminhos rotineiros, deixando de ser apenas factual e descritiva para se tornar interpretativa. Desta forma, temas combatidos na

⁵ LE GOFF, Jacques. *A história nova*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 28-29.

⁶ ROBINSON, James Harvey. A nova história. In: NOVAIS, Fernando Antonio; SILVA, Rogério Forastieri da (Org.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 519.

primeira fase dos Annales como, por exemplo, a história política ganhou outro enfoque na “Nova História”. É o que destaca Le Goff⁷:

Destronar a história política, esse foi o objetivo número um dos *Annales*, e permanece como uma preocupação de primeira ordem para a história nova, ainda que [...] uma nova história política, ou melhor, uma história com uma nova concepção do político, deva se instaurar no domínio da história nova.

Este exemplo de retorno aos temas antes em voga, como a história política, demonstra a ampliação do olhar do historiador sobre antigos enfoques de pesquisa. Sobre esse aspecto, Ariès⁸ frisa que “o historiador relê, hoje, os documentos utilizados por seus predecessores, mas com um olhar novo e outra grade de leitura”. Sendo assim, pode-se dizer que a História não é um campo estático, pois consegue se desvencilhar das limitações anteriormente impostas ao estudo do passado, refinando os seus enfoques de pesquisa.

Atualmente fala-se sobre a Nova História Cultural, conhecida como a quarta geração herdeira dos Annales, que vem apresentando novas formas de interrogar a realidade. Liderada por Roger Chartier e Jacques Revel, volta-se para a investigação das “práticas culturais”, sendo influenciada em par-

te pela renovação marxista. Conforme Matos⁹:

[...] os historiadores dessa chamada quarta geração distanciaram-se em parte da geração anterior, no entanto não se desprenderam do ideal principal pregado pelos primeiros Annales, que foi a busca pela compreensão de leis anônimas que regessem as “práticas coletivas”.

As transformações no campo da pesquisa histórica indicam que “tudo o que foi, um dia, contado de uma forma, pode vir a ser contado de outra. Tudo o que hoje acontece terá, no futuro, várias versões narrativas”¹⁰. Ou seja, as novas tendências confirmam a não existência de verdades absolutas, portanto cabe ao historiador a consciência de que “o máximo que poderá atingir será sempre a construção de versões possíveis, plausíveis, aproximativas daquilo que teria ocorrido”¹¹. A partir de então, como bem destaca Burke¹², basta garantir que não se percam esses ganhos da História Cultural.

As inovações nos objetos de pesquisa e a emergência de novos concei-

⁷ LE GOFF, Jacques. A história nova. In: NOVAIS, Fernando Antonio; SILVA, Rogério Forastieri da (Org.), *op. cit.*, p. 152.

⁸ ARIÈS, Philippe. A história das mentalidades. In: NOVAIS, Fernando Antonio; SILVA, Rogério Forastieri da (Org.), *op. cit.*, p. 288.

⁹ MATOS, Júlia Silveira. Tendências e debates: da escola dos Annales à História Nova. *Historiae*, v. 1, n. 1, Rio Grande: FURG, 2010, p. 116.

¹⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 16.

¹¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. História cultural: caminhos de um desafio contemporâneo. In: _____; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza (Org.). *Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural*. Porto Alegre: Asterisco, 2008, p. 18.

¹² BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Trad. Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

tos, voltadas para os domínios do cultural, influenciaram os historiadores a ampliar o seu olhar *detetivesco* sobre a História. Dessa forma, a análise sobre representação, imaginário, narrativa, ficção e sensibilidades inseriram-se na História, justamente, para ampliar as possibilidades de compreensão do passado. Afirma Pesavento¹³:

[...] a proposta da História Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo. [...] Este seria, contudo, o grande desafio para a História Cultural, que implica chegar até um reduto de sensibilidades e de investimento de construção do real que não são os seus do presente.

Enfim, a História Cultural ao ampliar as dimensões social, econômica e política, além de incorporar aspectos culturais nas investigações, propiciou a ampliação de problemas, objetos e temas de pesquisa histórica. Apoiando-se nos novos objetos e temas trabalhados na corrente historiográfica da História Cultural é de interesse, no presente estudo, mencionar principalmente os diferentes documentos históricos que podem sustentar a análise da instituição em pesquisa.

Para Magalhães¹⁴, a história das

instituições educativas culmina numa síntese crítica, utilizando como referência as memórias, o arquivo e a historiografia. Isso envolve a valorização de diferentes fontes que devem ser criteriosamente cruzadas, buscando o que o mesmo autor chama de “totalidades em organização”. É com base em tais preceitos que se estuda a instituição em alvo na pesquisa, descortinando sua história através das marcas conservadas do passado.

Busca-se na história da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, como também diz Werle¹⁵, a “presentificação do ausente”. Isso porque essa Faculdade não existe mais, o que acaba favorecendo a não preservação da memória institucional. Prova disso demonstra-se nas lacunas encontradas entre a documentação institucional pesquisada. Para que tal fato não se perpetue, sabe-se da importância da preservação dos documentos para a memória institucional e também social. Nesse sentido, “é oportuno lembrar que o passado das instituições educacionais não pertence apenas à instituição, mas à sociedade em que ela se encontra”¹⁶.

gança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004, p. 71.

¹⁵ WERLE, Flávia Obino Corrêa. História das instituições escolares: de que se fala? In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org.). *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; Curitiba, PR: PUCPR; Palmas, PR: UNICS; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2004, p. 15.

¹⁶ AMARAL, Giana Lange do (Org.). *Gymnasio pelotense, Colégio Municipal pelotense: entre a memória e a história 1902-2002*. Pelotas: EDUCAT, 2002, p. 21.

¹³ PESAVENTO, *op. cit.*, 2004, p. 42.

¹⁴ MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bra-

Como bem frisa Certeau¹⁷, “‘fazer história’ é uma prática”. Essa prática consiste na (re)produção de documentos/fontes capazes de transformar a natureza em cultura, modificando o “meio”. Esse processo deve ser constante e estar de acordo com as novas necessidades e interesses sociais. Para tanto, o desenvolvimento das novas técnicas, com o aumento da informatização, permite ao historiador o manuseio de uma quantidade maior e variada de fontes. Com isso ele pode construir novos modelos explicativos, novas pesquisas, com perguntas e respostas novas, valendo-se também da crítica às fontes. É o que diz Burke¹⁸ ao ressaltar: “A tentação a que o historiador cultural não deve sucumbir é a de tratar os textos e as imagens de um certo período como espelhos, reflexos não problemáticos de seu tempo”. Ainda segue o autor:

Como seus colegas de história política ou econômica, os historiadores culturais têm de praticar a crítica das fontes, perguntar por que um dado texto ou imagem veio a existir, e se, por exemplo, seu propósito era convencer o público a realizar alguma ação.¹⁹

Segundo Burke²⁰, a História Cultural ampliou o território de pesquisa, mostrando os limites das abordagens

anteriores e as possibilidades de se pesquisar temas antes invisíveis, mas isso não quer dizer que ela seja a melhor forma de História. Ela é “simplesmente uma parte necessária do empreendimento histórico coletivo”²¹, dando a sua contribuição indispensável para ampliar a percepção histórica, dentre outras possíveis.

Apoiando-se nos caminhos abertos a partir da História Cultural, reconhece-se a importância da utilização de diferentes fontes históricas. Portanto, a referida pesquisa de mestrado sobre a Faculdade de Filosofia também pode apoiar-se nos relatos orais de pessoas que a vivenciaram.²² Isso porque, no dizer de Werle²³:

Aqueles que viveram e trabalharam naquela instituição têm contribuições a dar para a História da instituição; formas diferenciadas de apropriação indicam o quanto a história das instituições escolares pode beneficiar-se da consideração dessas visões em seu processo narrativo.

No entanto, os documentos não devem ser considerados como portadores da verdade, mas como fontes que representam uma versão da história institucional pesquisada. Dessa forma, o historiador também deve estar atento às “práticas discursivas”, aos efeitos de sentidos emanados na narrativa escrita ou oral. É

¹⁷ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 78.

¹⁸ BURKE, Peter, *op. cit.*, p. 32-33.

¹⁹ *Ibidem*, p. 33.

²⁰ *Idem*.

²¹ *Ibidem*, p. 163.

²² As entrevistas, envolvendo a História oral, não serão aqui apresentadas, pois extrapolam o objetivo do presente artigo.

²³ WERLE, Flávia Obino Corrêa, *op. cit.*, p. 26.

o que ressalta Pesavento²⁴, ao constatar que “o passado já nos chega enquanto discurso, uma vez que não é possível restaurar o real já vivido em sua integridade. Neste sentido, tentar reconstruir o real é reimaginar o imaginado [...]”.

Ainda no que se refere aos documentos, realça Jenkins²⁵:

[...] o documento não é o reflexo do acontecimento, mas é ele mesmo um outro acontecimento, isto é, uma materialidade construída por camadas sedimentadas de interpretações: o documento é, assim, pensado arqueologicamente como “monumento”.

Enfim, para ampliar o campo epistemológico do objeto da presente pesquisa, deve-se buscar respaldo nas mais variadas fontes que se tiver acesso, sejam elas impressas ou orais. Até porque, como bem diz Becker²⁶, um dos mandamentos da profissão de historiador é “nunca confiar numa única fonte”. Então, a partir dessas fontes e dos recursos teórico-metodológicos torna-se possível tecer considerações que evidenciem o tema em estudo, aumentando as possibilidades de interpretação.

²⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra História: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, v. 15, n. 29, São Paulo, 1995, p. 17.

²⁵ JENKINS, Keith, *op. cit.*, p. 11.

²⁶ BECKER, Jean-Jacques. O handicap do a posteriori. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Coord.). *Usos e abusos da História oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 30.

O encontro com as fontes documentais

Destaca-se que as dificuldades iniciais na pesquisa sobre o ensino superior na cidade do Rio Grande foram preocupantes. Isso porque os documentos estão dispersos e não foram encontrados trabalhos aprofundados sobre o ensino superior na cidade. Tal constatação dificultou os primeiros passos da pesquisa, quando ainda não se sabia onde encontrar documentos que propiciassem o seu andamento; e, ao mesmo tempo, instigou a investigação, na tentativa de encontrar, como um detetive, pistas antes desconhecidas sobre a história pesquisada.

Então, primeiramente foram procurados documentos no NUME. Nesse momento foram encontrados, aos poucos, os documentos existentes sobre a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande. A partir destes documentos, como atestado, declaração, decreto, parecer, relatório, entre outros, buscou-se conhecer a história dessa Faculdade, surgindo o interesse maior pelo tema.

Em conformidade com Chartier²⁷, acredita-se que o fazer historiográfico é um discurso que depende das condições de possibilidade e de produção do historiador, pois “por suas eleições, suas seleções, suas exclusões, o historiador atribui um sentido novo às palavras que tira do silêncio dos arquivos”.

²⁷ CHARTIER, Roger. Uma crise da história? A história entre narração e conhecimento. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.) *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: UFRGS, 2001, p. 117.

Portanto, as seleções e exclusões vão depender do olhar do historiador sobre seu objeto de análise. No primeiro momento de contato com a documentação o olhar voltou-se para algumas fontes que instigavam a pesquisa, apresentando dados a serem investigados. Entre os documentos, ainda existentes, relacionados à história da Faculdade Católica de Filosofia, a constante presença feminina, por exemplo, indicou uma possibilidade de pesquisa. Porém, sabe-se que outros enfoques também poderiam ser explorados.

Em um segundo momento, pesquisou-se no Arquivo Geral da FURG. Nesse centro de documentações foram encontrados alguns registros históricos, de períodos diversificados, sobre os cursos superiores do Rio Grande. Porém, nesse momento, o olhar voltou-se principalmente para os cursos superiores das Faculdades de Direito e de Filosofia, mantidas pela Mitra Diocesana de Pelotas, em Rio Grande. Dentre a documentação manuseada, um caderno de atas da Faculdade de Filosofia, do período de 1961 a 1970, apresentou-se como fonte importante na pesquisa.²⁸

Enfim, as pesquisas no NUME e no Arquivo Geral da FURG foram fundamentais, possibilitando o prosseguimento do trabalho.

Isso porque, através dos documentos investigados, novas pistas sobre a história da Faculdade de Filosofia também indicaram novos caminhos de pesquisa.

Então, para ampliar a pesquisa, foi manuseado o jornal *Rio Grande*, da década de 1960, que era de circulação diária na cidade. Destaca-se que, esse jornal foi escolhido por ser o único que abrange toda a década de 1960, no acervo da Biblioteca Rio-Grandense. Foram manuseados alguns meses dos anos de 1960, 1961, 1964, 1967 e 1969, sendo conferidas, página por página, todas as informações. Porém, o olhar principal voltou-se para os informes educacionais, sendo transcritos principalmente os referentes ao ensino superior.²⁹

Salienta-se que, para análise minuciosa do jornal, das informações e características, recorreu-se principalmente a Luca³⁰ que ressalta como analisar diferentes fontes impressas, como os jornais. Dentre as observações da autora, vale citar a seguinte:

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso **dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coi-**

²⁸ Cf. BACELLAR, Carlos. *Uso e mau uso dos arquivos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. Bacellar centra sua atenção nas fontes documentais, elencando alguns exemplos de instituições arquivísticas, sugerindo possibilidades de pesquisa e apontando cuidados no manuseio das fontes.

²⁹ A pesquisa ao jornal avançou pelos meses que foram marcantes na história da Faculdade de Filosofia, como os antecedentes e o início do funcionamento, as formaturas, o reconhecimento oficial e a transferência dos cursos da Faculdade para a Universidade.

³⁰ LUCA, Tania Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.), *op. cit.*, 2005.

sa. Entretanto, ter sido publicado implica **atentar para o destaque conferido** ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação: é muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas. Estas, por sua vez, também são atravessadas por hierarquias [...]. Em síntese, **os discursos adquirem significados de muitas formas**, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. A ênfase em certos **temas**, a linguagem e a **natureza do conteúdo** tampouco se dissociam do **público** que o jornal ou revista **pretende atingir**.³¹

É importante acrescentar que, a partir das observações de Luca³² foi possível tecer algumas linhas que demonstram o que circulava sobre o ensino superior na cidade. Não foram encontradas muitas notícias relacionadas com a instituição pesquisada, mesmo assim os poucos informes ajudaram a complementar a pesquisa. Para tanto, foi preciso cruzar informações e, nas palavras de Pesavento³³, exercitar o “olhar para os traços secundários, para os detalhes, para os elementos que, sob um olhar menos arguto e perspicaz, passariam despercebidos”.

Para o estudo da história do ensino superior em Rio Grande, buscou-se costurar as informações encontradas no NUME, Arquivo Geral da FURG e

jornal *Rio Grande*, com os conhecimentos já sistematizados sobre o ensino superior da cidade e do Rio Grande do Sul, em livros e artigos. Acredita-se que com o cruzamento das fontes foi possível tecer considerações ainda não exploradas.

Após longo processo de pesquisa foi possível averiguar o que os acervos da FURG conservam sobre a gênese da formação docente no ensino superior do Rio Grande. Cruzando as fontes, a partir dos acervos da FURG, averiguou-se o processo de criação e os anos iniciais da Faculdade Católica de Filosofia, as instalações ocupadas, bem como os dirigentes, docentes, discentes e demais funcionários, além de aspectos do funcionamento até a cedência da instituição para a Universidade do Rio Grande. Buscou-se, com isso, restaurar o “retrato institucional” da referida Faculdade Católica, tendo como recurso as diferentes fontes de pesquisa.

Optou-se pela diversificação das fontes de pesquisa, pois se acredita que “a história é conhecimento através de documentos”³⁴, ou seja, os documentos são fundamentais na construção de qualquer trabalho. Porém, sabe-se que alguns cuidados também são indispensáveis no seu tratamento. Como bem destaca Ragazzini³⁵, “por um lado as fontes não falam *per se*. [...] Por outro

³¹ *Ibidem*, p. 140.

³² *Idem*.

³³ PESAVENTO, Sandra Jatahy, *op. cit.*, 2004, p. 64.

³⁴ VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 15.

³⁵ RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação. Trad. Carlos Eduardo Vieira. *Educar*, Curitiba, n. 18, jul./dez. 2001, p. 14.

lado, a fonte é o único contato possível com o passado que permite formas de verificação. [...] A fonte provém do passado, é o passado, mas não está mais no passado quando é interrogada”. Nesse sentido, resume Veyne³⁶: “A narrativa histórica coloca-se para além de todos os documentos, visto que nenhum deles pode ser o acontecimento”. Com base nessas afirmativas, após a pesquisa e seleção das fontes, cabe ao historiador o cuidado ao construir a ponte entre passado e presente, tecendo a narrativa como uma representação do passado, visto que a história não se repetirá.

Comparando a pesquisa com a escrita, Certeau³⁷ salienta que a pesquisa tem caráter interminável, já o texto deve ter um fim, preenchendo as lacunas apresentadas pela pesquisa. Assim, pesquisa e escrita dialogam na construção da operação historiográfica. Ambas constroem a narrativa da história que é sempre uma relação com o corpo social e com uma instituição do saber. A escrita da história, conclui o autor, traz de volta os mortos, reinscrevendo-os na vida a partir de sua transformação em matéria-prima de uma narrativa. Escrever, portanto, é arrumar outro lugar para os mortos e, por conseguinte, para os vivos.

Costurando as fontes: breve histórico da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande

Em 1960 a cidade do Rio Grande

³⁶ VEYNE, Paul, *op. cit.*, p. 15.

³⁷ CERTEAU, Michel de, *op. cit.*, p. 94.

contava com cursos superiores, provenientes da Escola de Engenharia Industrial, da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas e da Faculdade de Direito “Clóvis Beviláqua”. Até o início de 1960, muitos estudantes que queriam cursar uma Faculdade, voltada para a formação docente, não encontravam na cidade uma possibilidade. Assim, os que podiam deslocavam-se até Pelotas, cidade mais próxima a Rio Grande, onde, desde 1953, funcionava a Faculdade Católica de Filosofia.

Destaca o relatório de Leite³⁸:

Rio Grande, apesar de Cidade operária, tem um grande número de estudantes que busca uma formação superior. Diariamente se deslocam para Pelotas dezenas de estudantes com grandes encômodos e despesas. Mas isto é privilégio de poucos, relativamente, pois muito elevado é o número dos que querem tirar um dos cursos da Faculdade de Filosofia e não podem, por causa da distancia e da despeza. Prova isso um recente e ligeiro levantamento que foi feito para se constatar a possibilidade da criação da Faculdade de Filosofia, apresentando-se uns trezentos candidatos para os diversos Cursos da Faculdade de Filosofia.

Outra opção, benquista pelos estudantes, seria estudar em Porto Alegre. Mas, tal pretensão se tornava ainda mais onerosa devido à distância. Somente os estudantes com condições financeiras se aventuravam pela capital.

³⁸ LEITE, Franklin Olivé. *Parecer para autorização de funcionamento da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande*, 16 set. 1960.

Apoiando-se nas reivindicações dos rio-grandinos, a Mitra Diocesana de Pelotas ampliou a sua atuação sobre o ensino superior na cidade do Rio Grande.³⁹ O bispo de Pelotas, Dom Antônio Zattera, considerou “as grandes vantagens provenientes de uma Escola Superior para a formação de líderes, que guiem e orientem as massas populares” e concluiu:

Considerando as condições de cultura, população e situação especial da cidade de Rio Grande, como centro industrial e importante pôrto marítimo e atendendo a insistentes pedidos da mocidade e de intelectuais a nós feitos verbalmente e por escrito, com centenas de assinaturas das pessoas mais representativas da cidade, usando das atribuições da nossa missão de Bispo da Igreja, D E C R E T A M O S, pelo presente, a criação da FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE RIO GRANDE.⁴⁰

Assim, a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande foi criada em 2 de agosto de 1960, sendo autorizada a funcionar com os cursos de Filosofia e de Pedagogia, pelo Decreto n. 49.963, do Presidente da República Juscelino Kubitschek, de 19 de janeiro de 1961.⁴¹

³⁹ A Mitra Diocesana de Pelotas já mantinha as Faculdades de Filosofia e Ciências Econômicas de Pelotas, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Bagé e a Faculdade de Direito do Rio Grande, núcleos iniciais da Universidade Católica de Pelotas (UCPel).

⁴⁰ ZATTERA, Antônio. *Decreto de criação da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande*, 2 ago. 1960.

⁴¹ BRASIL. Decreto n. 49.963, de 19 de janeiro de 1961. Concede autorização para o funcionamento dos Cursos de Filosofia e Pedagogia, da

Alguns dias após a criação da Faculdade de Filosofia, o jornal *Rio Grande* apresenta o primeiro anúncio referente a tal investimento. Foi publicado no jornal *Rio Grande*⁴², sob o título “Deverá funcionar, no próximo ano, a Faculdade de Filosofia”, a expectativa de funcionamento da referida instituição, sendo dividida com a sugestão de criação de outra Faculdade. Nas primeiras linhas consta:

Fomos informados, extra-oficialmente que já no próximo ano estará funcionando em Rio Grande, provisoriamente na E.N. Santa Joana D’Arc a Faculdade de Filosofia, com dois cursos: o de filosofia e o de pedagogia. Dessa forma o Rio Grande passará a contar com mais uma faculdade que virá incorporar-se aquelas já existentes e que são a Escola de Engenharia Industrial, a Faculdade de Direito Clóvis Bevilacqua e a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas.

A criação da Faculdade de Filosofia beneficiou os professores que estudaram nas Faculdades criadas pela Mitra Diocesana de Pelotas e que depois tiveram a oportunidade de trabalhar ou na Faculdade e na Universidade ou nas escolas primárias e secundárias do Rio Grande. Ainda, aumentou a possibilidade de trabalho em outras funções. E mais do que beneficiar aqueles que estavam diretamente vinculados as Faculdades Católicas, a Mitra Diocesa-

Faculdade Católica de Filosofia do Rio Grande. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, 1961.

⁴² RIO GRANDE, 12 ago. 1960, n. 183, p. 1.

na de Pelotas também contribuiu para erguer o nível cultural do Rio Grande, favorecendo a “efervescência” de estudantes na cidade.

Apesar de tudo, não se pode deixar de mencionar que por trás da expectativa da Igreja Católica, com a criação de cursos superiores, também estava sua preocupação em propagar sua mensagem religiosa e combater os contrários. É o que evidencia a Ata n. 2⁴³ da Faculdade, manuscrita pela irmã Teresinha, sobre a satisfação do bispo Dom Antônio Zattera na inauguração da Faculdade de Filosofia, “novo marco de proteção e defesa contra os ataques de ideologias subversivas e novo penhor de ufania para a família riograndina, a Religião e a Pátria”. De igual teor, na mesma solenidade, foi a conferência da aula inaugural, ministrada pelo professor Carlos de Britto Velho.

Conforme o relatório de Leite⁴⁴:

[Percebe-se] a necessidade de dar ao nosso povo a possibilidade de uma formação superior afim de mais facilmente compreender e combater os erros de ideologias extremistas que tão facilmente medram e vingam em cidades proletárias como a de Rio Grande. A mocidade precisa de uma orientação sã, cristã e democrática e esta ela a terá, com certeza, na Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, que assegurará, assim, o futuro feliz da nossa Pátria.

Com o objetivo de combater as “ideologias extremistas”, as Faculdades Católicas, mantidas pela Mitra de Pelotas, além de oferecerem disciplinas religiosas também poderiam apoiar-se nos princípios estabelecidos no Estatuto da UCPel. Cita-se, por exemplo, do Estatuto, o “Título VIII do Regime Disciplinar”, referente ao Art. 97^o: “O professor, aluno ou servidor que fizer proselitismo dentro ou fora do recinto escolar, de idéias contrárias as tradições e aos costumes, ao sentimento religioso e ao regime democrático do País, será excluído da Universidade”.⁴⁵

Quanto ao público alvo e ingresso destaca-se que foram variando conforme o correr dos anos e a criação de novos cursos na Faculdade de Filosofia. Nos anos iniciais, quando a Faculdade oferecia apenas os cursos de Filosofia e de Pedagogia, as mulheres se candidatavam e ingressavam mais do que os homens. Já em 1966, quando começaram as aulas no curso de Matemática, por exemplo, os homens passaram a constar com maior frequência entre os candidatos. Conforme os documentos da instituição, os estudantes que buscavam ingressar na Faculdade de Filosofia tanto eram do Rio Grande como das cidades vizinhas, de São José do Norte e Santa Vitória do Palmar.

Os padres que queriam complementar seus estudos, assim como as freiras que ministravam aulas na Esco-

⁴³ ATAS DA FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE RIO GRANDE. Rio Grande, Ata n. 2, 11 mar. 1961

⁴⁴ LEITE, Franklin Olivé, *op. cit.*

⁴⁵ ESTATUTO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS. *Aprovado pelo Parecer n. 180/63 do Conselho Federal de Educação*, 1963, p. 26-27.

la Normal “Santa Joana D’Arc”, situada no centro da cidade, também buscavam ingressar na Faculdade. Havia alunos de todas as idades, desde jovens recém saindo do curso normal até professores que atuavam no ensino primário. Como afirma Veiga⁴⁶, em Relatório de verificação das condições da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande: “Os candidatos à Faculdade de Filosofia são professores, em sua maioria, do grupo escolar”. Alguns diplomados em outros cursos superiores também ingressavam na Faculdade de Filosofia.

Como afirma Werle⁴⁷, a história institucional “é também história dos prédios escolares, história dos usos do prédio, forçados/inspirados pelas inovações pedagógicas, por propostas de segurança, pelo crescimento de demandas”. Em vista dessas possíveis histórias, abre-se um espaço para memorar os prédios que foram cedidos para o funcionamento da Faculdade de Filosofia.

Na ausência de instalações próprias, as aulas da Faculdade funcionaram, de 1961 a 1967, no prédio cedido pela Escola Normal “Santa Joana D’Arc”. A “plena autorização de estabelecer, no supracitado Educandário, o que for necessário para o funcionamento dos Cursos que serão iniciados no próximo ano de 1961” veio de Garibal-

di/RS, através da Declaração⁴⁸, assinada pela superiora provincial das Irmãs de São José e presidente da Sociedade Caritativo-Literária “São José”, a madre Ana Camila Lorenzi.

Conforme parecer de Leite⁴⁹, “as salas de aula são espaçosas e bem ventiladas e encontram-se mobiliadas de acordo com os preceitos da pedagogia moderna, não havendo nada que possa estorvar a plena eficiência do ensino”. As mesmas considerações positivas constam nos relatórios de Silveira⁵⁰. Já no relatório de Veiga⁵¹ há uma ressalva: “Os cursos da Faculdade funcionam à noite, sendo deficiente a iluminação artificial. O edifício é amplo, em bom estado de conservação”. O problema na iluminação parece ter sido resolvido ou “esquecido”, pois em relatório de Leite⁵² consta que as salas de aula são “bem arejadas e iluminadas”. O mesmo relatório afirma que as demais dependências do prédio eram adequadas para o funcionamento da Faculdade.

Ainda, nas instalações do prédio da Escola Normal “Santa Joana D’Arc”, além das aulas, também ocorreram sole-

⁴⁶ VEIGA, Albino de Bem. *Relatório para autorização de funcionamento da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande*, 4 fev. 1963.

⁴⁷ WERLE, Flávia Obino Corrêa. História das instituições escolares: de que se fala? In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org.), *op. cit.*, p. 22.

⁴⁸ DECLARAÇÃO. *Congregação das Irmãs “São José”*. Garibaldi, 16 jul. 1960.

⁴⁹ LEITE, Franklin Olivé, *op. cit.*

⁵⁰ SILVEIRA, Hugo Dantas. Universidade Católica Sul Riograndense de Pelotas. Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande. *Relatório do 1º período letivo correspondente ao exercício de 1961*, 20 jul. 1961. Cf. Idem. Universidade Católica Sul Riograndense de Pelotas. Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande. *Relatório II semestre 1961*, dez. 1961.

⁵¹ VEIGA, Albino de Bem, *op. cit.*

⁵² LEITE, Franklin Olivé. *Relatório de verificação das condições da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande para efeito do seu reconhecimento*, 1967.

nidades marcantes na história da Faculdade, como a aula inaugural, em 1961, e o cerimonial da primeira turma de formandos, em 1964. Conforme a Ata n. 2⁵³, “realizaram-se no Salão Nobre da Escola Normal Sta. Joana d’Arc, com início às 20 horas, a solene instauração da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande e a aula inaugural [...]”.

Com a ampliação dos cursos da Faculdade, outra instituição foi procurada para fornecer suas instalações. Assim, a professora Julia Nahuys Coelho, diretora do Instituto de Educação “Juvenal Miller”, a “título de colaboração e gratuito”, cedeu, por empréstimo, a então diretora da Faculdade de Filosofia, Alair Brandão Almeida, “as suas salas de aula, com exceção da sala número oito (8)”, no turno da noite, a partir do dia 1º de agosto de 1967.⁵⁴ As aulas da Faculdade funcionaram no prédio do Instituto de Educação “Juvenal Miller”, de 1967 a 1972.

Por fim, no período de cedência da Faculdade para a Universidade, as aulas passaram a funcionar no Instituto de Educação “Juvenal Miller” e no Grupo Escolar “Helena Small”, de 1969 a 1972, ambas localizadas no centro da cidade.

Segundo Werle⁵⁵, “fazer história institucional, [...], exige revisitar o pro-

jeto primitivo, a posição do fundador, aquele que lhe deu paternidade [...]”. Considera-se, porém, que além do bispo Dom Antônio Zattera, como figura principal e inaugural na criação da Faculdade de Filosofia, outros também deram suas contribuições. Alguns desses colaboradores que tornaram possível o funcionamento dessa instituição são apresentados a seguir, começando pelos diretores da Faculdade.

O advogado Hugo Dantas Silveira foi o primeiro diretor e um dos professores da Faculdade de Filosofia. Ele foi nomeado pela Mitra Diocesana para compor a primeira diretoria da Faculdade, juntamente com o padre Frei Lino de Caxias, vice-diretor; Anselmo Dias Lopes, secretário; e Odilon Alves Fogaça, tesoureiro.

Sobre Hugo Dantas Silveira sabe-se que foi um renomado intelectual rio-grandino e com grande participação na vida social da cidade. A notoriedade desse rio-grandino pode ser comprovada nos anúncios do jornal *Rio Grande*, onde constam notícias sobre o seu envolvimento em diferentes atividades.

Do início do funcionamento da Faculdade, em 1961, até o ano de 1966, Hugo foi diretor da instituição. Conseguiu organizar a criação e o funcionamento dos cursos de Filosofia e Pedagogia (1961), Letras (1964) e Matemática (1965/1966). Além disso, propôs a criação dos cursos de História e Ciências Sociais, para 1967, e encaminhou o reconhecimento da Faculdade que chegou na gestão da nova diretora, a pro-

⁵³ ATAS DA FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE RIO GRANDE. Rio Grande, Ata n. 2, 11 mar. 1961.

⁵⁴ CONTRATO DE COMODATO. Rio Grande, 31 jul. 1967.

⁵⁵ WERLE, Flávia Obino Corrêa. História das instituições escolares: de que se fala? In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org.), *op. cit.*, p. 19.

fessora Alair Brandão Almeida.

Segundo informações encontradas na Ata n. 31⁵⁶, o diretor Hugo Dantas Silveira pediu exoneração, após cinco anos no mesmo cargo, “aguardando substituto desde o dia 28 de outubro [de 1966], quando apresentou seu pedido ao Sr. Reitor desta Universidade”. Porém, sem a nomeação do novo candidato passaria a direção da Faculdade a Odilon Alves Fogaça. É o que pode ser lido, a seguir:

Explicou o Sr. Diretor que estando com viagem programada para o dia seguinte e como até o presente momento, a Reitoria não houve nomeado seu substituto, passava a Direção desta Faculdade ao Sr. Professor Dr. Odilon Fogaça, Secretário, por quanto não existe o cargo de Vice-Diretor. Fez algumas sugestões que achou de direito ao Sr. Secretário, para continuação do bom andamento do trabalho técnico e administrativo desta Escola. Em palavras muito expressivas, transbordantes de emoção o Sr. Diretor agradeceu a colaboração ilimitada que sempre recebeu de todos os professores desta Faculdade, dizendo ter sido uma honra e um prazer ter trabalhado com elementos de tão alto gabarito, de tanta capacidade, professores que jamais decepcionaram e que tudo o que foi feito dentro desta Escola, deve-se totalmente aos professores. Despediu-se de todos e disse: Dr. Fogaça, a Faculdade é sua.⁵⁷

No entanto, as atas seguintes não

se referem mais ao assunto da troca de direção. Por isso, não se sabe o período exato em que Odilon Alves Fogaça substituiu o diretor Hugo ou se, realmente, chegou a substituí-lo.

Verificando documentos da instituição, encontrou-se a assinatura da professora Alair, como diretora, no mês de janeiro de 1967. E, o relatório de Leite⁵⁸ informa “está na Direção desta Faculdade, a competente e dedicada professora Alair Brandão Almeida, nomeada pelo Senhor Bispo Diocesano”, tendo como vice-diretor o padre Frei Lino de Caxias. A partir de então, até o último ano de funcionamento como Faculdade Católica, em 1969, a professora Alair seguiu o trabalho realizado por Hugo Dantas Silveira. Recebeu o reconhecimento da Faculdade, no dia 3 de novembro de 1967, e organizou a criação dos cursos de Ciências e Estudos Sociais que começaram a funcionar em 1968. Através de suas mãos, no dia 30 de dezembro de 1969, a Faculdade de Filosofia, com os seus seis cursos, foi incorporada à Universidade do Rio Grande.

Ainda, cabe acrescentar que a professora Alair foi a primeira mulher a se tornar diretora de uma instituição de ensino superior em Rio Grande. Em 1967 a cidade contava com quatro Instituições de Ensino Superior (IES), além da Faculdade de Filosofia, e em nenhuma delas havia uma mulher no corpo dirigente. Sua atuação como diretora, portanto, merece ser memorada na his-

⁵⁶ ATAS DA FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE RIO GRANDE. Rio Grande, Ata n. 31, 25 dez. 1966.

⁵⁷ *Idem*. Ata n. 31, 25 dez. 1966.

⁵⁸ LEITE, Franklin Olivé, *op. cit.*, 1967.

tória do ensino superior do Rio Grande.

Enfim, junto com a professora Alair, tanto Hugo Dantas Silveira como Odilon Alves Fogaça também compuseram o quadro docente da Faculdade de Filosofia. Por isso, merecem as devidas considerações, assim como o padre Frei Lino de Caxias, como vice-diretor e professor.

Além do que foi exposto, cabe também ressaltar quem eram os professores que completaram o quadro docente da Faculdade de Filosofia, bem como os alunos que frequentaram a instituição e demais funcionários, participantes da “trama institucional”. Busca-se, a partir de então, como bem diz Werle⁵⁹, trazer os atores para o “retrato narrativo da instituição”, a começar pelo corpo docente.

A maioria das mulheres que lecionavam na Faculdade de Filosofia tinha curso superior de formação docente. Entre os homens havia, por exemplo, advogado, arquiteto, economista, médico, veterinário, religioso e alguns com formação de professor. Mas, pela falta destes e pela notoriedade, acabavam sendo chamados para lecionar.⁶⁰ Con-

forme parecer de Veiga⁶¹, o corpo docente “Satisfaz as exigências mínimas da legislação Federal, embora alguns professores não possuam experiência didática de curso superior”.

Observou-se que, até a criação da Faculdade Católica de Filosofia, havia na cidade falta de professores secundários e, por conseguinte, professores para o ensino superior. Portanto, obviamente, não havia como formar uma instituição sem a constituição do quadro docente. A saída seria contratar professores de outras cidades, mas isso exigiria um salário talvez incompatível com as possibilidades da instituição. A proximidade de Pelotas seria outra saída, mas a Faculdade de Filosofia de Pelotas, criada em 1953, só começou a graduar professores na segunda metade da década de 1950. Foram justamente muitos desses professores que se graduaram em Pelotas, morando na cidade vizinha, que constituíram o corpo docente dos cursos iniciais de Filosofia e de Pedagogia, em Rio Grande.

Ainda, torna-se importante frisar que, os professores não foram importantes apenas para a formação do corpo docente da Faculdade de Filosofia. Muitos também deixaram suas marcas em outras instituições, principalmente educacionais. Por isso, em memória aos que contribuíram com o crescimen-

⁵⁹ WERLE, Flávia Obino Corrêa. História das instituições escolares: de que se fala? In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org.), *op. cit.*, p. 27.

⁶⁰ Constam no convite de formatura da primeira turma da Faculdade de Filosofia, cursos de Filosofia e de Pedagogia, em 20 de dezembro de 1964, os seguintes professores homenageados: Celta Marlene Mendonça, Ernani Pedro do Valle Zogbi, Frei Lino de Caxias, Margarida Figurelli Buaiz, Maria Cleusa Allemand, Maria Gláucia Campos, Maria Lília Costa, padre Carlos Johannes, padre Egydio Oberfeld, padre Jovino Geraldo Mansan, padre Lauro Persch. Homenagem póstuma: Suelly Lopes do Valle Zogbi. Tal

colação de grau teve como paraninfo o professor e diretor, Hugo Dantas Silveira. Listas com nomes de outros docentes que trabalharam na Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande encontram-se nos acervos do NUME.

⁶¹ VEIGA, Albino de Bem, *op. cit.*

to cultural do Rio Grande, seus nomes voltam à lembrança em ruas e prédios pela cidade. Os professores Amanda Maia, Carlos Moll, Edson de Souza Mendonça e padre Nilo Gollo têm os seus nomes registrados nas ruas, assim como um dos organizadores da criação da Faculdade, o Cônego Luiz de Carvalho, e o primeiro secretário, Anselmo Dias Lopes. O rio-grandino Hugo Dantas Silveira também foi homenageado. Seu nome foi atribuído a biblioteca do *Campus Carreiros* da FURG, denominada Biblioteca Central “Dr. Hugo Dantas da Silveira”.

Em conformidade com Barros⁶², sob a ótica da História Cultural “a cidade também fala aos seus habitantes e aos seus visitantes através dos nomes próprios que ela abriga”. Nesse sentido, as placas de ruas, os prédios e monumentos também podem instigar, fornecer pistas, desvelar atores que em algum momento habitaram no passado. Para tanto, basta um olhar mais afinado ou, nas palavras de Pesavento⁶³: “Ir além daquilo que é dito, ver além daquilo que é mostrado [...] exercitar o seu olhar para os traços secundários, para os detalhes”.

Em 1964, ano de conclusão de curso das primeiras turmas de Filosofia e de Pedagogia, a Faculdade ainda não era reconhecida devido às novas exigências do MEC. Portanto, foi fornecido aos alunos

um certificado de conclusão de curso.⁶⁴ O diploma oficial foi recebido após o reconhecimento da Faculdade, em dezembro de 1967. Conforme Silveira⁶⁵:

[...] em 1964 (ano em que se deveria efetuar o reconhecimento) houve por bem o Egrégio Conselho Federal de Educação, entender que, tendo por base a Leis de Diretrizes e Bases da Educação, tão somente as Faculdades de Filosofia, com 4 (quatro) cursos independentes em funcionamento, poderiam pleitear seu reconhecimento. [...] tal decisão é posterior ao Decreto que autorizou o funcionamento de nossa Faculdade, com apenas dois cursos, como dizia a lei de então. Entendemos ser mais fácil e rápido atender o exigido, do que recorrer aos Tribunais, onde encontraríamos guarida.

Destaca-se que, três anos após a formatura de 1964, grande parte dos egressos da Faculdade de Filosofia do Rio Grande já constava na lista de Almeida⁶⁶, como professores em diferen-

⁶⁴ No convite de formatura constam os seguintes formandos, no curso de Filosofia: Aracy Maria da Silva Conceição, Elvira Zago, Enilda Peliano Dias, Gema Bavaresco, Jurely Portanova Pinheiro, Lenira Lopes Borges, Maria Furtado Lima, Marisa Cardone de Bem, Norma de Lúcia Ferreira, Ruth Wohlfel Valente, Ubirajara Ignácio da Silva, Vânia Arturi Mendes e Zani da Cunha Prado. Formandas, no curso de Pedagogia: Alice Cardone da Senhora, Josefina Gomes, Lúcia Carregas Barbosa, Maria Concli Ferreira Gomes, Maria de Lourdes de Castro Marques, Marisa Antunes de Miranda e Vanda Iria Kubaski. Essa lista com os nomes dos formandos encontra-se no acervo do NUME.

⁶⁵ SILVEIRA, Hugo Dantas. *Universidade Católica de Pelotas. Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande*. Rio Grande, 4 dez. 1965.

⁶⁶ ALMEIDA, Alair Brandão. *Declaração ao presidente da comissão encarregada de verificar o funcionamento da Faculdade Católica de Filo-*

⁶² BARROS, José D'Assunção. *Cidade e história*. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 45.

⁶³ PESAVENTO, Sandra Jatthy, *op. cit.*, 2004, p. 64.

tes instituições educacionais da cidade do Rio Grande e São José do Norte. Este dado confirma a necessidade dos cursos da Faculdade de Filosofia, tendo em vista a carência de professores nas escolas da cidade. É o que declara a diretora dessa instituição, a professora Alair, em 1967: “Comprova-se a necessidade da existência desta faculdade com o aproveitamento, pelas diversas escolas de grau médio, de nossas alunas, não só as que completaram como as que ainda freqüentam os diversos cursos”.⁶⁷

Outras informações sobre os discentes da Faculdade de Filosofia foram encontradas nos Termos de conclusão de curso de Filosofia e de Pedagogia⁶⁸. Conforme tais documentos, a presença feminina entre os discentes continuou superando a masculina nos dois cursos. Tal fato também se justifica pela demanda reprimida dessas estudantes, pois não havia na cidade a opção de cursos superiores voltados para a formação docente, até a criação dessa instituição.

Ainda, para maiores informações sobre a Faculdade de Filosofia foram verificadas suas atas de reuniões, do período de 1961 a 1970. Entre as cinquenta e duas atas verificadas constam alguns problemas internos ao longo do funcionamento da instituição. Dentre

os principais problemas salienta-se a carência de recursos financeiros, tendo a Faculdade que variar constantemente o salário-aula dos professores. Conforme informações apresentadas, por exemplo, na Ata n. 4⁶⁹:

[...] o Sr. Diretor [Hugo Dantas Silveira] elogiou o espírito de cooperação do Corpo Docente que aceita trabalhar pelo módico salário de Cr\$ 100,00 (Cem Cruzeiros) por aula realmente dada, havendo mesmo professôres que fazem reverter seus vencimentos em benefício da Faculdade.

Segue a mesma Ata:

A seguir, o Sr. Diretor manifestou seu desejo de melhorar, para o próximo ano, o salário aula. Não podendo cobrar aos alunos anuidade superior, sob pena de criar uma Faculdade privilegiada, indispensável se faz a criação de uma fonte de recursos financeiros suficientes, possibilitando fixar um salário condizente com as demais Faculdades filiadas à Universidade [...].

Como foi frisado na Ata n. 4, os salários eram baixos e, ainda havia professores que doavam o seu salário para a Faculdade. Ressalta-se que a carência financeira da Faculdade de Filosofia podia estar associada ao pequeno número de alunos matriculados nos cursos da instituição. Conforme parecer de Lima⁷⁰, sobre o funcionamento da

sofia de Rio Grande. Rio Grande, 19 abr. 1967.

⁶⁷ ALMEIDA, Alair Brandão, *op. cit.*, 19 abr. 1967.

⁶⁸ UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS. Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande. *Atas, Termos e Portarias*. Termos de conclusão de curso, 1964-1967.

⁶⁹ ATAS DA FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE RIO GRANDE. Rio Grande, Ata n. 4, 10 set. 1961.

⁷⁰ LIMA, Alceu Amoroso. *Parecer n. 306/67, de 2 de Agosto de 1967*. Reconhecimento da Facul-

Faculdade, a escassez de alunos justificava-se pela falta de reconhecimento da instituição. Mesmo assim, um dos membros da comissão verificadora da Faculdade de Filosofia do Rio Grande, um professor catedrático da Faculdade de Filosofia de Juiz de Fora, não deixou de reconhecer que “a qualidade do ensino é bem acima da média das Faculdades de Filosofia que conheço no país”.

O reconhecimento da Faculdade de Filosofia foi brindado com o Decreto n. 61.617, de 3 de novembro de 1967.⁷¹ Sobre tal tema, anuncia o jornal *Rio Grande*⁷², sob o título “FACULDADE DE FILOSOFIA: ATO DE RECONHECIMENTO FOI PUBLICADO”:

Conforme telegrama que, de Brasília, enviou-nos o deputado Adylio Martins Vianna, cumpriu-se a última etapa do ato de reconhecimento da Faculdade de Filosofia de Rio Grande, isto é, a publicação no <<Diário Oficial>> da União. De acôrdo com o mesmo telegrama, a publicação do Decreto 61.617, de 3 do corrente, no qual é reconhecida a Faculdade de Filosofia de Rio Grande, foi efetuado cinco dias depois, isto é, a 8 do corrente.

Idêntica informação foi mandada pelo deputado Adylio Martins Vianna ao vereador Lindalvo Monteiro, que, ontem, levou-a ao conhecimento da Câmara Municipal.

dade Católica de Filosofia de Rio Grande, da Universidade Católica de Pelotas. Câmara de Ensino Superior – 2º Grupo, 2 ago. 1967.

⁷¹ BRASIL. Decreto n. 61.617, de 3 de novembro de 1967. Concede reconhecimento à Faculdade Católica de Filosofia do Rio Grande, da Universidade Católica de Pelotas. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, 1967.

⁷² RIO GRANDE, 14 nov. 1967, n. 280, p. 8.

Antes de conseguir o reconhecimento, a instituição passou por inspeções a pedido do Governo Federal. Coube a Leite⁷³ verificar as condições de funcionamento da Faculdade e, levando em consideração vários aspectos, apresentar o parecer que, apesar de algumas ressalvas, seria favorável ao reconhecimento da Faculdade, juntamente com os cursos de Filosofia, Pedagogia e Letras Inglês e Francês. Nesse processo, a Faculdade de Filosofia contou com a mobilização de diferentes forças locais, através de atestados favoráveis ao reconhecimento.

Na Ata n. 40⁷⁴, da Faculdade de Filosofia, percebe-se que a criação da Universidade estava sendo articulada pela Fundação Cidade de Rio Grande. Menciona a referida ata: “A Fundação Cidade de Rio Grande resolveu fazer um movimento com a finalidade de impulsionar o funcionamento da Universidade para o próximo ano”. Da mesma forma, em 1967, o jornal *Rio Grande*⁷⁵ articulava as intenções de criação da Universidade. Em novembro do mesmo ano, enfatiza: “Ministro poderá trazer a <<grande notícia>> dentro de um mês”⁷⁶ e, no mês seguinte, apresenta anúncios consecutivos sobre a visita de Tarso Dutra, Ministro da Educação e Cultura, que era favorável à criação da Universidade do Rio Grande. Conforme

⁷³ LEITE, Franklin Olivé, *op. cit.*, 1967.

⁷⁴ ATAS DA FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE RIO GRANDE. Rio Grande, Ata n. 40, 26 nov. 1968.

⁷⁵ RIO GRANDE, 31 out. 1967, n. 269, p. 1.

⁷⁶ RIO GRANDE, 25 nov. 1967, n. 294, p. 1 e 7.

anuncio, o ministro chegaria no dia 23 de dezembro, pela tarde, para presidir a colação de grau dos Economistas de 1967, como paraninfo⁷⁷.

Depois de alguns anos continuavam os rumores de criação da Universidade, mas o fato demorou a se concretizar. Nas publicações do jornal *Rio Grande*, do mês de agosto de 1969, o assunto do momento era a criação da Universidade. No dia 1º de agosto começou a se proliferar as notícias e rumores da criação, até que no dia 19 o jornal expressa: “Confirmada a criação da Universidade de Rio Grande e conhecido o seu Reitor”⁷⁸, como resultado o “povo na rua para manifestar regozijo”⁷⁹ e assim seguem as informações até o último dia do mês.

A “efervescência de estudantes” na cidade foi propiciada pela criação dos cursos superiores, ao longo das décadas de 1950 e 1960. Quatro instituições, devidamente reconhecidas, favoreceram a criação da Universidade, em 1969. Destas quatro, cabe frisar que a Mitra Diocesana de Pelotas, como mantenedora das Faculdades de Direito e de Filosofia, contribuiu com significativa parcela. A Faculdade de Filosofia, entre as outras instituições do Rio Grande, era a única com três cursos reconhecidos e mais três em funcionamento, somando seis cursos que seriam anexados à Universidade, com uma estrutura curricular e um corpo docente organizado.

Em suma, considera-se que a pesquisa sobre a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande só obteve êxito devido à conservação dos acervos documentais do NUME e do Arquivo Geral da FURG. Esses acervos ainda conservados, embora não totalmente organizados, forneceram a base da pesquisa. Através deles foi possível nortear os demais caminhos que foram percorridos, chegando-se aos jornais e as entrevistas. Para tanto, foi necessário leituras e releituras de atas, atestados, certificados, contratos, declarações, decretos, estatutos, pareceres, relatórios, entre outros documentos, que foram indicando datas, nomes, acontecimentos e sentidos de uma história para ser narrada.

Por tudo, cabe enfatizar a importância de se ampliar o campo epistemológico do objeto de pesquisa, buscando respaldo nas mais variadas fontes que se tiver acesso, na tentativa de ampliar as possibilidades de interpretação. Para tanto, porém, sabe-se da necessidade de manter conservados os acervos documentais. Enfim, em conformidade com a corrente historiográfica da História Cultural, buscou-se recolher os traços, os registros do passado, revelar detalhes, evidenciando novas fontes e combinando as peças para montar um quebra-cabeça com sentido.

⁷⁷ *Idem*, 23 dez. de 1967, n. 19, p. 1.

⁷⁸ *Idem*, 19 ago. 1969, n. 106, p. 1.

⁷⁹ *Idem*, 21 ago. 1969, n. 219, p. 1.

Referências bibliográficas

- AMARAL, Giana Lange do (Org.). *Gymnasio pelotense, Colégio Municipal pelotense: entre a memória e a história 1902-2002*. Pelotas: EDUCAT, 2002.
- ARIÈS, Philippe. A história das mentalidades. In: NOVAIS, Fernando Antonio; SILVA, Rogério Forastieri da (Org.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- BARROS, José D'Assunção. *O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- _____. *Cidade e história*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BECKER, Jean-Jacques. O handicap do a posteriori. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Coord.). *Usos e abusos da História oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Trad. Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- CHARTIER, Roger. Uma crise da história? A história entre narração e conhecimento. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- JENKINS, Keith. *A História repensada*. Trad. Mario Vilela. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- LE GOFF, Jacques. *A história nova*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- _____. A história nova. In: NOVAIS, Fernando Antonio; SILVA, Rogério Forastieri da (Org.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.
- MATOS, Júlia Silveira. Tendências e debates: da escola dos Annales à História Nova. *Historiæ*, v. 1, n. 1, Rio Grande: FURG, 2010.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra História: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, v. 15, n. 29, São Paulo, 1995.

_____. *História & História cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. História cultural: caminhos de um desafio contemporâneo. In: _____; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza (Org.). *Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural*. Porto Alegre: Asterisco, 2008.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação. Trad. Carlos Eduardo Vieira. *Educar*, Curitiba, n. 18, jul./dez. 2001.

ROBINSON, James Harvey. A nova história. In: NOVAIS, Fernando Antonio; SILVA, Rogério Forastieri da (Org.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

SILVEIRA, Josiane Alves da. *Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande: os primeiros anos da formação docente no ensino superior da cidade (1960-1969)*. 2012. 182f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

VEYNE, PAUL. *Como se escreve a História*. Lisboa: Edições 70, 1987.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. História das instituições escolares: de que se fala? In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org.). *Fontes, história e historiografia da Educação*. Campinas, SP: Autores

Associados; HISTEDBR; Curitiba, PR: PUCPR; Palmas, PR: UNICS; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2004.

Fontes de pesquisa

ALMEIDA, Alair Brandão. *Declaração ao presidente da comissão encarregada de verificar o funcionamento da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande*. Rio Grande, 19 abr. 1967.

ATAS DA FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE RIO GRANDE. Rio Grande. Ata n. 2, 11 mar. 1961, Ata n. 4, 10 set. 1961, Ata n. 31, 25 dez. 1966, Ata n. 40, 26 nov. 1968.

BRASIL. Decreto n. 49.963, de 19 de janeiro de 1961. Concede autorização para o funcionamento dos Cursos de Filosofia e Pedagogia, da Faculdade Católica de Filosofia do Rio Grande. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, 1961.

_____. Decreto n. 61.617, de 3 de novembro de 1967. Concede reconhecimento à Faculdade Católica de Filosofia do Rio Grande, da Universidade Católica de Pelotas. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, 1967.

CONTRATO DE COMODATO. Rio Grande, 31 jul. 1967.

DECLARAÇÃO. *Congregação das Irmãs "São José"*. Garibaldi, 16 jul. 1960. ESTATUTO DA UNIVERSIDADE CA-

TÓLICA DE PELOTAS. Aprovado pelo Parecer n. 180/63 do Conselho Federal de Educação, 1963.

LEITE, Franklin Olivé. *Parecer para autorização de funcionamento da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande*, 16 set. 1960.

_____. *Relatório de verificação das condições da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande para efeito do seu reconhecimento*, 1967.

LIMA, Alceu Amoroso. Parecer n. 306/67, de 2 de Agosto de 1967. *Reconhecimento da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, da Universidade Católica de Pelotas*. Câmara de Ensino Superior – 2º Grupo, 2 ago. 1967.

SILVEIRA, Hugo Dantas. Universidade Católica Sul Riograndense de Pelotas. Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande. *Relatório do 1º período letivo correspondente ao exercício de 1961*, 20 jul. 1961.

_____. Universidade Católica Sul Riograndense de Pelotas. Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande. *Relatório II semestre 1961*, dez. 1961.

_____. *Universidade Católica de Pelotas. Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande*. Rio Grande, 4 dez. 1965.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS. Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande. *Atas, Termos e Portas*

rias. Termos de conclusão de curso, 1964-1967.

VEIGA, Albino de Bem. *Relatório para autorização de funcionamento da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande*, 4 fev. 1963.

ZATTERA, Antônio. *Decreto de criação da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande*, 2 ago. 1960.

Jornal

Rio Grande. Rio Grande, ago. 1960; out.-dez. 1967; ago. 1969.